

**UNIVERSIDADE LIVRE TENDA EGBÉ
TENDA DE 7 FLECHAS – EGBÉ IFÁ AWORENI
FORMAÇÃO EM CAPELANIA DE MATRIZ AFRICANA**

**EVANDRO CÉSAR DE OLIVEIRA FERNANDES
(PAI EVANDRO FERNANDES)**

OLHAR OUTRA VEZ
A BUSCA PELO RESPEITO ATRAVÉS DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO
EXERCÍCIO DA CAPELANIA.

**PORTO ALEGRE-RS
2023**

EVANDRO CÉSAR DE OLIVEIRA FERNANDES

OLHAR OUTRA VEZ

**A BUSCA PELO RESPEITO ATRAVÉS DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO NO
EXERCÍCIO DA CAPELANIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso On-Line de Formação em Capelania de
Matriz Africana da Universidade Livre Tenda Egbé,
como requisito para obtenção do título de Capelão
de Matriz Africana.

Orientador: Marcelo Drabczynski de Souza

(Bàbá Marcelo D´Ogum - Bàbálawo Ifasegun Aworeni)

PORTO ALEGRE-RS

2023

Dedico este trabalho a todos que um dia sofreram ou ainda sofrem o mal da intolerância religiosa, do racismo religioso e todo tipo de violência sobre o seu Sagrado. Sua dor é minha dor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Zâmby, a Oxalá, aos Sagrados Orixás e toda a Espiritualidade que me ampara e sustenta minha vida e meus caminhos.

Agradeço à minha família, meu alicerce e minha motivação.

Agradeço ao meu orientador Bàbá Marcelo D´Ogum, pela oportunidade de nos proporcionar esse espaço de grandeza e afirmação de nossa ancestralidade, promovendo com sabedoria e firmeza um conhecimento extremamente necessário para o Povo de Terreiro, principalmente aos sacerdotes e dirigentes de Matriz Africana.

Agradeço a todos que contribuíram com seus saberes e suas vivências durante o período do curso, doando sua atenção, conhecimento e principalmente seu Axé para que possamos nos fortalecer na luta em prol da conquista de nosso espaço de direito na sociedade e nas instituições.

Gratidão Bàbá Marcelo D´Ogum, Bàbá André D´Sogbo, Dra. Kelen Cristina, André D´Ogum, Dra. Bianca Hilgert, Dr. Luciano Máximo, Bàbá Aleksander, Dr. Sinvaldo José Firmo, Rosemberg, Pai Jauri D´Oxum e Iyá Vera Soares.

Meu Saravá fraterno!

Resumo: Este artigo apresenta um pouco da vivência e dos desafios para a realização de atendimentos religiosos (capelania) dentro dos fundamentos umbandistas em ambientes e instituições fora do terreiro. A construção do diálogo inter-religioso e a busca por espaço através do respeito e da luta pelos nossos direitos.

Palavras-chave: Umbanda, Matriz Africana, Capelania, Assistência Religiosa, Cultura de Paz, Diálogo Inter-Religioso, Espiritualidade

Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente, ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro.

(José Saramago).

Olhar outra vez

[...] A palavra respeito vem do latim respectus, particípio passado de respicere, “olhar outra vez”, de re-, “de novo”, mais specere, “olhar”. A ideia é de que algo que se tenha feito seja valorizado e reconhecido.

A noção de respeito implica que pode ser aplicado para uma pessoa que fez algo certo, mas também para qualquer coisa afirmada no passado como uma promessa, lei, acordo, dentre outros. Isto também é porque na maioria dos idiomas, é dito que o respeito deve ser merecido.

Outro uso do termo respeito é quando alguém fala sobre um tema específico com respeito, por exemplo, sobre diferentes crenças, condutas ou religiões.

Isso quer dizer que o indivíduo debateu sobre o assunto de forma sensível e prudente. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Respeito>).

INTRODUÇÃO

Ritos de batismo, casamento e fúnebre dentro da religião de Umbanda são parte do fundamento de muitos terreiros umbandistas no Brasil e já em alguns países do mundo. Desde cedo, pois nasci dentro da religião, aprendi que não era necessário receber esses sacramentos em outras religiões pois a Umbanda em si atendia essa demanda. Particpei de muitos batizados (crianças e adultos), alguns casamentos e sempre vi com muita naturalidade um Pai de Santo ou uma Mãe de Santo realizando também essa função religiosa dentro do terreiro.

Em 1997, no dia 06 de setembro, falece o saudoso Pai Pedro Furlan (presidente da União Regional Umbandista da Zona Oeste da Grande São Paulo e da Igreja Espiritual Cristã Maior de Presidente Altino – Tenda de Santo Antônio, fundada em 1948) nosso dirigente espiritual. Começa então a acontecer uma mudança no meu modo de ver essa “naturalidade”.

Foi o primeiro rito fúnebre umbandista que acompanhei e pude observar que tanto o velório (que aconteceu na sede do terreiro), como o cortejo e o enterro foram eventos de grande impacto sentimental e social. A repercussão foi grande na cidade de Osasco e em municípios próximos. Todos vestidos de branco, com seus fios de conta e entoando os pontos cantados durante o cortejo nas vias públicas, atraíram alguns olhares de reprovação deixando claro que aquela postura, num momento de dor e tristeza, era uma manifestação de intolerância religiosa.

Depois disso acompanhei outras manifestações de religiosos de matriz africana em locais públicos, eventos em homenagem aos Orixás, outros velórios e sempre observei esse comportamento de discriminação e, em alguns casos, uma dificuldade de acesso e autorização para o uso de espaços públicos (ginásios, praças etc.), chegando ao cúmulo de não permitirem o uso de defumadores em alguns velórios no momento de despedida de um filho espiritual.

O tempo passou e em 2013 quando não mais trabalhava na iniciativa privada e, já a frente de um terreiro na cidade de Limeira (a Tenda de Umbanda Pai Joaquim D’Angola e Exú Tiriri – Instituto Cultural Confraria dos Pretos Velhos de Umbanda, fundado em 2001), comecei a me dedicar, além das atividades internas do templo, a assistência religiosa em hospitais, Fundação Casa, carceragens, batalhão da PM e ritos fúnebres.

A dificuldade foi enorme. A falta de experiência e o desconhecimento das leis e dos direitos que asseguravam minha atuação nesses locais, prejudicava ainda mais a assistência espiritual a quem precisava.

Em 2015 comecei a participar das reuniões do Fórum Inter-religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, coordenado pela Profa. Vânia Soares e, a partir daí, comecei a ter acesso a muitas das informações e leis que asseguravam nossa atuação.

A convivência com lideranças das mais diversas religiões e a troca de experiências sobre a construção de uma Cultura de Paz na sociedade e o combate a intolerância religiosa nos deu a certeza de que, só através do diálogo e do respeito, chegaremos nesse objetivo.

Em 2016, juntamente com outras lideranças de diversas religiões, professores e ativistas de direitos humanos, fundamos o Fórum Inter-religioso de Limeira e,

decidimos levar essa mensagem de respeito para escolas, faculdades e demais instituições de ensino. Foi criado então o ‘Olhar outra vez’.

OLHAR OUTRA VEZ

O “Olhar outra vez” é uma roda de conversa itinerante com membros de diversas religiões, ateus e agnósticos, cada um falando um pouco da sua experiência de vida e de espiritualidade com a mensagem de superação do preconceito e a necessidade de respeito ao diferente. Nessas palestras são levados dados de intolerância religiosa e informação sobre as leis vigentes no país de combate ao crime de racismo religioso e/ou intolerância religiosa.

Os encontros nas instituições de ensino acontecem com a presença de alunos e professores, servindo como uma importante ferramenta na promoção da Cultura de Paz, ajudando a prevenir conflitos por motivo de crença.

O “Olhar outra vez” também já foi realizado em templos religiosos a convite de suas lideranças dando a oportunidade de conhecer o outro e aprender a respeitar a religião do próximo, independente de concordar ou não com os fundamentos ou o dogma de cada fé.

As rodas de conversa já aconteceram em templos da Igreja Católica, Igreja Presbiteriana, Seicho-No-Ie, Brahma Kumaris e Umbanda.

Entendo que essa experiência do “Olhar outra vez” pode ser também uma ferramenta para auxílio nas relações inter-religiosas em ambientes onde ocorre o trabalho de Capelania. Hospitais, Presídios, Fundação Casa, Quartéis e Batalhões são espaços onde predomina a Capelania Cristã (católica e protestante), restando pouco espaço ou nenhum às minorias religiosas, principalmente a Matriz Africana devido ao preconceito e racismo religioso impregnado na formação sociocultural brasileira.

Fato é que, muitos sacerdotes de Matriz Africana, ainda necessitam de uma base sólida de conhecimento sobre o trabalho de capelania nessas instituições e hoje a maior iniciativa é o Curso de Formação em Capelania de Matriz Africana dessa instituição: a Universidade Livre Tenda Egbé, que vem formando e preparando religiosos de Matriz Africana para a lide do amparo espiritual alinhado ao conhecimento técnico, legal e institucional em todo o território nacional através de sua plataforma on-line.

A CAPELANIA NO DIA A DIA DO TERREIRO DE UMBANDA

[...] Com os espíritos que souberem mais aprenderemos, aos espíritos que souberem menos ensinaremos e a nenhum viraremos as costas ou diremos não, pois essa é a vontade do Pai. (Caboclo das Sete Encruzilhadas).

O amparo espiritual caritativo é a base da Umbanda. Semanalmente as diversas tendas, terreiros ou templos de Umbanda espalhados pelo Brasil e pelo mundo atendem fraternalmente as pessoas encarnadas e desencarnadas com passes energéticos, descarregos, orientações e desenvolvimento mediúnico, buscando sempre o amparo, uma palavra amiga e o auxílio espiritual. Grande parte das pessoas que procuram os terreiros não são umbandistas praticantes ou membros de uma corrente mediúnica. A Umbanda recebe católicos, evangélicos, budistas, espíritas, ateus etc., com o mesmo amor e sem julgamentos, quase sempre essas pessoas recebem uma graça, uma benção e seguem suas vidas na sua religião de origem pois, a pressão familiar e da sociedade em condenar ou demonizar quem faz parte de uma religião de Matriz Africana é um fardo muito grande para muitos. A falta de comprometimento também é um dos grandes fatores para o alto índice de rotatividade de frequentadores de terreiros. Isso não impede em nada o acolhimento quando procuram a tenda. Muitos terreiros além de toda essa parte religiosa e de espiritualidade, ajudam ainda com doações de alimentos e outros trabalhos sociais.

Além do amparo espiritual, sacramentos (batismo, casamento, rito fúnebre) comumente são realizados em suas dependências deixando claro o ofício de sacerdote que todo pai de santo, mãe de santo, padrinho ou madrinha de umbanda ou ainda dirigente espiritual realiza no dia a dia de suas casas. Isso é ser capelão!

A DIFICULDADE DE EXERCER A CAPELANIA FORA DO TERREIRO

A grande dificuldade está exatamente no exercício dessa função fora do terreiro. Fatores como: estrutura precária, condições financeiras, falta de amparo jurídico, falta de identificação correta e, acima de tudo, a discriminação são fatores que acabam afastando o sacerdote umbandista de exercer a capelania fora de sua tenda.

A maioria dos terreiros de Umbanda sobrevivem de mensalidades de seus médiuns associados (normalmente um número pequeno) e de doações espontâneas. Esse fator faz com que esses terreiros tenham uma estrutura muito simples e por vezes precárias. A presença desses terreiros em áreas urbanas normalmente periféricas também dificulta o deslocamento. O medo de muitos sacerdotes de

legalizar suas casas junto às prefeituras e sofrer ainda mais perseguição, a dificuldade de encontrar um imóvel para alugar (pois muitos proprietários não aceitam alugar para terreiros), a burocracia excessiva em muitos cartórios de registro e a frequente falta de apoio de muitas federações, dificulta a legalização de templos e de seus sacerdotes e isso implica em sua identificação junto às instituições públicas e privadas, tornando quase impossível o acesso a esses espaços.

É comum alguém egresso do sistema prisional ou seu familiar questionar a falta de um capelão umbandista para atendimento de seu fiel quando preso. Muitas vezes eles acabam recebendo o amparo de um capelão católico ou evangélico o que acaba conflitando bastante com as crenças e dogmas impostos, já que são religiões que praticam muito a conversão. O mesmo ocorre com pacientes umbandistas internados no ambiente hospitalar.

É claro que na ausência de um capelão de sua religião, principalmente em situação de doença terminal, toda ajuda e oração é bem-vinda. Mas a presença de um representante de sua fé, daquilo que você crê, daquilo que te faz conectar com o Sagrado que você ama, faz toda a diferença.

COMO MUDAR ESSA REALIDADE?

Capacitação, orientação e difusão do conhecimento são as ferramentas que devem ser colocadas em prática com urgência.

Cada novo capelão de Matriz Africana formado, atuando e levando esse amparo a quem mais precisa fará com que essas barreiras sejam quebradas.

Importante o entendimento de que um Capelão, independente de qual sua origem religiosa, vai lidar com todo tipo de pessoa, de diferentes ideologias, religiões, e, precisa estar preparado para dar o amparo necessário, sem imposição, sem julgamento, sem preconceito. Ouvir, vibrar positivamente e doar amor!

CANAIS DE APOIO

- Denúncia de Intolerância Religiosa:

DISQUE 100 – Governo Federal

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>

OUVIDORIA – Secretaria da Justiça e Cidadania de São Paulo

https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/ComoPossoAjudar.aspx?cod_prestador=106

Contato:

Fórum Inter-religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença

Pátio do Colégio, 148 – Centro – São Paulo – SP – CEP 010160-040

Telefones: (11) 3291.2631

E-mail: foruminterreligioso@justica.sp.gov.br

LEIS DE APOIO

- CONSTITUIÇÃO FEDERAL – Artigo 5º

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VII - e assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

- Lei nº 9.982 de 14/07/2000

Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.

Art. 1º Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis e militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde que em comum acordo com estes, ou com familiares em caso de doentes que não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

- Lei Estadual SP 17.157/2019 – dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.